

No rastro digital do dinheiro público:

Como fiscalizar gastos da União, Estados e Municípios

Módulo 3 — *Como fiscalizar gastos dos estados*



KNIGHT CENTER | Journalism Courses



CONTAS ABERTAS

SUMÁRIO

Módulo III – Semana 3 — Como fiscalizar os gastos dos estados

MATERIAIS DE LEITURA OBRIGATÓRIOS

Capítulo 1 – A fiscalização com base nos dados da LRF (SICONFI)

Capítulo 2 – Navegação no site Compara Brasil

Capítulo 3 – Os Portais de Transparência dos Estados

Capítulo 1 – A fiscalização com base nos dados da LRF (SICONFI)

Em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei Complementar 131 (LC 131), os Estados são obrigados a prestar diversas informações importantes e essenciais para o controle social.

As informações pertinentes à LRF compõem alguns relatórios, como o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). No capítulo 2, do Módulo 1, comentamos sobre esses dois relatórios, mas não custa lembrar:

- ✓ O RREO, publicado a cada dois meses, tem por finalidade evidenciar a situação fiscal do município, demonstrando a execução orçamentária da receita e da despesa. O relatório permite o acompanhamento do desempenho das ações governamentais. O art. 53 da LRF lista os documentos que devem acompanhar o RREO.

CONTEÚDO DO RREO

- I. Balanço Orçamentário;
- II. Demonstrativos da execução das receitas, por categoria econômica e fonte, e das despesas, por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção;
- III. Demonstrativo de apuração da receita corrente líquida, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício; demonstrativos das receitas e despesas previdenciárias; demonstrativos dos resultados nominal e primário, das despesas com juros e Restos a Pagar, ressaltando os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

- IV. Quando for o caso, deverão ser apresentadas justificativas em relação à limitação de empenho e à frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as sanções de fiscalização e cobrança.
- V. Apenas no último bimestre, relatório específico a esse período contendo: a) demonstração do atendimento ao disposto no art. 167, III da CF; b) das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos; e c) da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

SANÇÕES

A não publicação do RREO no prazo estipulado acarretará duas sanções institucionais ao ente, até que a situação seja regularizada:

- 1) Ficará impedido de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas à educação, saúde e assistência social; e
 - 2) Ficará impedido de contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal da dívida mobiliária.
- ✓ O RGF, publicado a cada quatro ou seis meses (conforme a população do município), contém informações referentes à consecução das metas fiscais e dos limites de que trata a Lei. É composto de demonstrativos com comparativos dos limites da despesa com pessoal, da dívida consolidada, das operações de crédito e da concessão de garantias e contra garantias, e de demonstrativos da disponibilidade de caixa e de restos a pagar. O RGF é divulgado a cada quatro meses nas cidades com mais de 50.000 hab. Para as cidades menores, os balancetes podem ser feitos a cada seis meses. O art. 55 da LRF estabelece, item a item, o conteúdo do RGF.

CONTEÚDO DO RGF – PODER EXECUTIVO

- I) Comparativos com os limites da LRF, dos seguintes montantes:
- ✓ Despesa total com pessoal, distinguindo-se a com inativos e pensionistas;
 - ✓ No RGF do executivo, dívidas consolidada e mobiliária, concessão de garantias, operações de crédito, inclusive ARO.
- II) Se ultrapassado qualquer dos limites, o RGF conterà a indicação de medidas corretivas adotadas ou a adotar no restabelecimento do limite legal;
- III) Apenas no último quadrimestre, o RGF deverá trazer:
- ✓ O valor em caixa em 31/12;
 - ✓ Valor dos Restos a Pagar Processados em 31/12;
 - ✓ Valor dos Restos a Pagar Não Processados em 31/12;
 - ✓ Valor das despesas não inscritas em Restos a Pagar por falta de disponibilidade financeira, empenhos foram cancelados;
 - ✓ Demonstrativo de que as Antecipações da Receita Orçamentária (ARO's) foram tomadas após 10 de janeiro e quitadas integralmente até 10 de dezembro e, em se tratando do último ano de mandato, um demonstrativo de que não foram realizadas ARO's.

CONTEÚDO DO RGF – DEMAIS PODERES E ÓRGÃOS

- I) Comparativos com os limites da LRF, dos seguintes montantes da despesa total com pessoal, distinguindo-se a com inativos e pensionistas;
- II) Se ultrapassado qualquer dos limites, o RGF conterà a indicação de medidas corretivas adotadas ou a adotar no restabelecimento do limite legal;

III) Apenas no último quadrimestre, o RGF deverá trazer:

- ✓ O valor em caixa em 31/12;
- ✓ Valor dos Restos a Pagar Processados em 31/12;
- ✓ Valor dos Restos a Pagar Não Processados em 31/12;
- ✓ Valor das despesas não inscritas em Restos a Pagar por falta de disponibilidade financeira, empenhos foram cancelados;

SANÇÕES

A não publicação do RGF no prazo estipulado acarretará duas sanções institucionais ao ente, até que a situação seja regularizada:

- 1) Ficará impedido de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas à educação, saúde e assistência social; e
- 2) Ficará impedido de contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal da dívida mobiliária.

No capítulo 2 dos materiais de leitura do Módulo 1, comentamos sobre os limites entre as despesas com pessoal e a Receita Corrente Líquida, mas não custa relembrá-los:

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Na esfera federal, os limites máximos para gastos com pessoal (50% da Receita Corrente Líquida) são assim distribuídos: - 2,5 % para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas - 6 % para o Poder Judiciário - 0,6 % para o Ministério Público da União - 3 % para custeio de despesas do DF e de ex territórios - 37,9% para o Poder Executivo	Na esfera estadual, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão: - 3% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas - 6% para o Poder Judiciário - 2% para o Ministério Público - 49% para o Poder Executivo.	Na esfera municipal, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão: - 6% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas, quando houver - 54% para o Poder Executivo

O RREO e o RGF, bem como outras informações, são lançados originalmente no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). No link <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> você acessará o sistema e inúmeras opções de consultas. Há formulários que devem ser preenchidos para gerar resultados em CSV (arquivos de texto).

Nas próximas telas mostraremos como encontrar o RREO e o RGF relativos aos Estados, por ser o tema desta Unidade. Na próxima Unidade comentaremos sobre esses relatórios em relação aos Municípios.

Para encontrar o RREO (Função/Subfunção):

Entre no SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>). Na barra de menu clique em “Consultas”, depois clique em “Consultar Finbra” e em seguida clique em “RREO”.



Após seguir os procedimentos anteriores, veja que na próxima tela existe o botão “Ajuda”. Ao clicar, você terá instruções sobre como preencher os campos.

Agora preencha o formulário, conforme o modelo a seguir. Logo depois digite o “código” (letras e números) que aparece abaixo do formulário. Na sequência, clique em “Consultar” e aguarde até aparecer a janela para o download. Confirme o download e depois abra o arquivo CSV em um programa LibreOffice (para quem usa o Linux) ou Microsoft Office (para quem usa o Windows).

Observação: em “Período de Homologação/Retificação” preencha a data final como sendo a data que estiver sendo feita a consulta. Assim todas as homologações/retificações estarão contempladas.

Período de Homologação/Retificação:

01/01/2019 a 15/04/2020



Após baixar o arquivo você terá acesso ao RREO.

Tal como tínhamos selecionado, dentro do RREO está o “Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção”, em 2019 (até o 6º bimestre), dos Estados e do Distrito Federal. Neste arquivo descobriremos quanto o Estado está gastando, por exemplo, nas funções “Saúde”, “Educação”, “Segurança”, etc.

Este arquivo, porém, tem mais de 30 mil linhas e, como você vê, não é amigável. Você terá que trabalhar em um programa de planilha para selecionar os dados do seu interesse.

Se você sabe trabalhar com programas de planilhas eletrônicas, LibreOffice (para quem usa o Linux) ou Microsoft Office (para quem usa o Windows), daremos a seguir diversas orientações para a obtenção de dados na fonte primária que é o SICONFI. Caso você não tenha experiência no uso de planilhas eletrônicas, não se preocupe. Após as explicações de como obter os dados na fonte primária, o SICONFI, mostraremos onde essas informações podem ser obtidas de forma mais simples, ainda que com limitações.

Como obter dados do RREO e RGF no SICONFI para quem tem experiência em planilhas eletrônicas

Na tabela abaixo, relativa ao RREO de 2019 (até o 6º bimestre), do Governo do Estado do Estado de São Paulo (ensinamos a baixar anteriormente o RREO dos Estados/DF), você verá que o valor da “Dotação Inicial” da função “Saúde” foi de R\$ 25.035.802.906,00. Os itens marcados na cor verde se referem às “subfunções”

(Atenção Básica; Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Suporte Profilático e Terapêutico; Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica; Alimentação e Nutrição; Administração Geral; e Demais Subfunções) da função “Saúde”. Usando os filtros você poderia obter informações de outros Estados.

	A	B	C	D	E	F	G
7	Instituição	Cod.IBGE	UF	População	Coluna	Conta	Valor
49	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	Saúde	25.035.802.906,00
50	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	Atenção Básica	446.761.813,00
51	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.856.152.648,00
52	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	Suporte Profilático e Terapêutico	1.991.859.074,00
53	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	Vigilância Sanitária	12.164.382,00
54	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	Vigilância Epidemiológica	131.949.999,00
55	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	Alimentação e Nutrição	105.884.000,00
56	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	FU10 - Administração Geral	1.052.932.366,00
57	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	45538936	DOTAÇÃO INICIAL	FU10 - Demais Subfunções	438.098.624,00

Na tabela que apresentamos relativa ao RREO de 2019 (até o 6º bimestre), do Governo do Estado do Estado de São Paulo (ensinamos a baixar anteriormente o RREO dos Estados/DF), veja, nos vídeos do módulo 3, os exercícios para localizar informações.

Esse arquivo (com diversas guias, rodapé da página) encontra-se no **material complementar** (finbraRREO - Estados - 2019). Na “Guia 1” deixamos como ele é baixado originalmente. Observe que os conteúdos das colunas não são mostrados, bem como os valores porque os campos estão reduzidos. Na “Guia 2” fizemos todos acertos necessários, ampliando os campos. Observe que nas subfunções às vezes aparecem letras e números, por exemplo “FU01”. Essas letras e números devem ser ignorados pois não pertencem ao nome das subfunções. Desconhecemos os motivos do SICONFI mostrar essas letras e números (desconsidere-os).

Como obter o RREO (Função/Subfunção):

Entre no SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>). Na barra de menu clique em “Consultas”, depois clique em “Consultar Finbra” e em seguida clique em “RREO”.



Após seguir os procedimentos anteriores, veja que na próxima tela existe o botão “Ajuda”. Ao clicar, você terá instruções sobre como preencher os campos.

Agora preencha o formulário, conforme o modelo a seguir. Logo depois digite o “código” (letras e números) que aparece abaixo do formulário. Na sequência, clique em “Consultar” e aguarde até aparecer a janela para o download. Confirme o download e depois abra o arquivo CSV em um programa LibreOffice (para quem usa o Linux) ou Microsoft Office (para quem usa o Windows).

Observação: em “Período de Homologação/Retificação” preencha a data final como sendo a data que estiver sendo feita a consulta. Assim todas as homologações/retificações estarão contempladas.

Período de Homologação/Retificação:

01/01/2019 a 15/04/2020



Após baixar o arquivo você terá acesso ao RREO.

Tal como tínhamos selecionado, dentro do RREO está o “Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção”, em 2019 (até o 6º bimestre), dos

Estados e do Distrito Federal. Neste arquivo descobriremos quanto o Estado está gastando, por exemplo, nas funções “Saúde”, “Educação”, “Segurança”, etc.

Este arquivo, porém, tem mais de 30 mil linhas e, como você vê, não é amigável. Você terá que trabalhar em um programa de planilha para selecionar os dados do seu interesse. Veja nos vídeos do módulo 3 como fazer isso.

Como obter o RREO (Receita Corrente Líquida):

Entre no SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>). Na barra de menu clique em “Consultas”, depois clique em “Consultar Finbra” e em seguida clique em “RREO”.



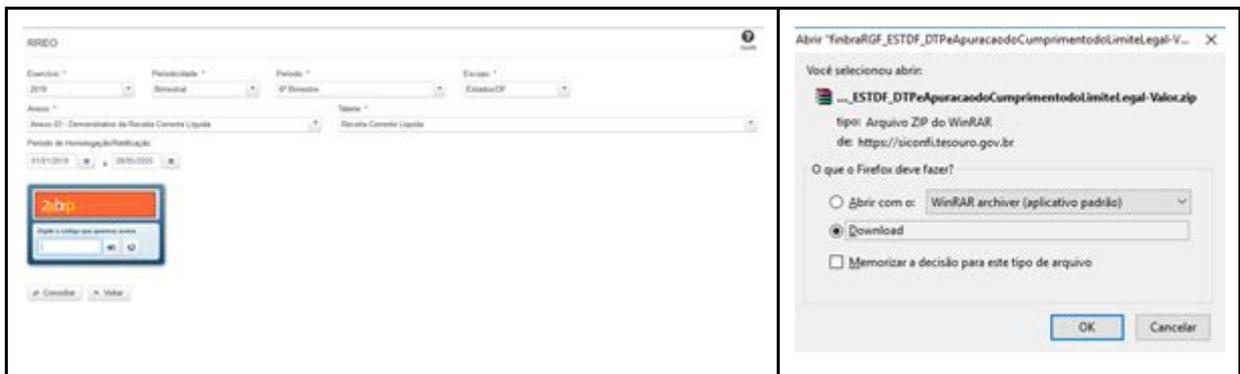
Após seguir os procedimentos anteriores, veja que na próxima tela existe o botão “Ajuda”. Ao clicar, você terá instruções sobre como preencher os campos.

Agora preencha o formulário, conforme o modelo a seguir. Logo depois digite o “código” (letras e números) que aparece abaixo do formulário. Na sequência, clique em “Consultar” e aguarde até aparecer a janela para o download. Confirme o download e depois abra o arquivo CSV em um programa LibreOffice (para quem usa o Linux) ou Microsoft Office (para quem usa o Windows).

Observação: em “Período de Homologação/Retificação” preencha a data final como sendo a data que estiver sendo feita a consulta. Assim todas as homologações/retificações estarão contempladas.

Período de Homologação/Retificação:

01/01/2019 a 15/04/2020



Após baixar o arquivo você terá acesso ao RREO.

Tal como tínhamos selecionado, dentro do RREO está o “Demonstrativo da Receita Corrente Líquida”, em 2019 (até o 6º bimestre), dos Estados e do Distrito Federal.

Este arquivo, porém, tem mais de 9 mil linhas e, como você vê, não é amigável. Você terá que trabalhar em um programa de planilha para selecionar os dados do seu interesse. Veja nos vídeos do módulo 3 como fazer isso.

Como encontrar o RGF (Despesa Total com Pessoal (DTP) e Apuração do Cumprimento do Limite Legal):

Entre no SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.isf>). Na barra de menu clique em “Consultas”, depois clique em “Consultar Finbra” e em seguida clique em “RGF”.



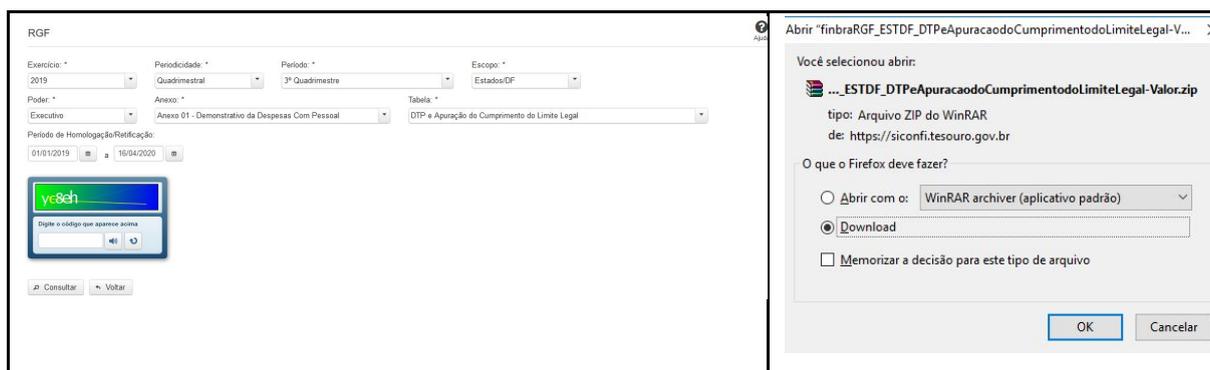
Após seguir os procedimentos anteriores, veja que na próxima tela existe o botão “Ajuda”. Ao clicar, você terá instruções sobre como preencher os campos.

Agora preencha o formulário, conforme o modelo a seguir. Logo depois digite o “código” (letras e números) que aparece abaixo do formulário. Na sequência, clique em “Consultar” e aguarde até aparecer a janela para o download. Confirme o download e depois abra o arquivo CSV em um programa LibreOffice (para quem usa o Linux) ou Microsoft Office (para quem usa o Windows).

Observação: em “Período de Homologação/Retificação” preencha a data final como sendo a data que estiver sendo feita a consulta. Assim todas as homologações/retificações estarão contempladas.

Período de Homologação/Retificação:

01/01/2019 a 16/04/2020



Após baixar o arquivo você terá acesso ao RGF.

Tal como tínhamos selecionado, dentro do RGF está o “Demonstrativo da Despesa com Pessoal”, em 2019 (até o 3º quadrimestre), dos Estados e do Distrito Federal. Neste arquivo descobriremos quanto o Estado está gastando com “Despesas com Pessoal”.

Este arquivo, porém, tem mais de 200 linhas e, como você vê, não é amigável. Você terá que trabalhar em um programa de planilha para selecionar os dados do seu interesse.

Se você sabe trabalhar com programas de planilhas eletrônicas LibreOffice (para quem usa o Linux) ou Microsoft Office (para quem usa o Windows), daremos diversas orientações para a obtenção de dados na fonte primária que é o SICONFI. Caso você não tenha experiência no uso de planilhas eletrônicas, não se preocupe. Após as explicações de como obter os dados na fonte primária, o SICONFI, mostraremos onde essas informações podem ser obtidas de forma mais simples, ainda que com limitações.

Como encontrar os dados do RGF (Despesa Total com Pessoal (DTP) e Apuração do Cumprimento do Limite Legal)

Na tabela a seguir (anteriormente ensinamos a baixar o RGF dos Estados/DF), relativa ao RGF do Governo do Estado de São Paulo, você verá que em 2019 o valor da “Despesa Total com Pessoal” foi de R\$ 71.194.688.211,70. Quando esse valor é relacionado com a Receita Corrente Líquida de R\$ 160.444.552.836,55, gera o percentual de 44,4%, inferior ao limite máximo de 49%. Usando os filtros você poderia obter informações de outros Estados.

	A	B	C	D	E	F	G	H
7	Instituição	Cod.IBGE	UF	PODER	População	Coluna	Conta	Valor
8	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	Valor	RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	160.444.552.836,55
9	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	Valor	(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	85.256.916,62
10	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	Valor	#NOME?	160.359.295.919,93
11	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	Valor	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIa + IIb)	71.194.688.211,70
12	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	Valor	LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	78.576.055.000,77
13	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	Valor	LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	74.647.252.250,73
14	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	Valor	LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	70.718.449.500,69
15	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	% sobre a RCL Ajustada	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIa + IIb)	44,4
16	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	% sobre a RCL Ajustada	LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	49
17	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	% sobre a RCL Ajustada	LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	46,55
18	Governo do Estado de São Paulo	35	SP	Executivo	45538936	% sobre a RCL Ajustada	LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	44,1

Esse arquivo (com diversas guias, rodapé da página) encontra-se no **material complementar** (finbraRGF - Estados - 2019). Na “Guia 1” a planilha está exatamente como ela é baixada originalmente. Observe que os conteúdos das colunas não são mostrados, bem como os valores porque os campos estão reduzidos. Na “Guia 2” fizemos todos os acertos necessários, ampliando os campos e aplicando filtros. Desconhecemos os motivos do SICONFI mostrar “ #NOME? ” e também os valores referentes a esses itens (desconsidere-os).

Exercícios no SICONFI com a opção **RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária)**:

1 - Quais foram os VALORES LIQUIDADOS do Estado do Acre, na função “Saúde”, em 2019?

Primeiramente siga os passos do SICONFI conforme o item “Como obter o RREO (Função/Subfunção)”. Após seguir os passos e baixar o arquivo, veja o vídeo correspondente no arquivo “videoaula 3.5 – SICONFI – ESTADOS – passos no Excel”.

2 - Quais foram os VALORES LIQUIDADOS no Estado do Rio de Janeiro, na Subfunção “Policiamento”, em 2019? A subfunção “Policiamento” pertence à função “Segurança Pública”.

Primeiramente siga os passos do SICONFI conforme o item “Como obter o RREO (Função/Subfunção)”. Após seguir os passos e baixar o arquivo, veja o vídeo correspondente no arquivo “videoaula 3.5 – SICONFI – ESTADOS – passos no Excel”.

3 - Quais foram os VALORES LIQUIDADOS no Estado da Bahia, na Subfunção “Ensino Fundamental” em 2019? Na função “Educação” uma das subfunções é “Ensino Fundamental”.

Primeiramente siga os passos do SICONFI conforme o item **“Como obter o RREO (Função/Subfunção)”**. Após seguir os passos e baixar o arquivo, veja o vídeo correspondente no arquivo “videoaula 3.5 – SICONFI – ESTADOS – passos no Excel”.

4 – Em relação à Receita Corrente Líquida, qual foi a “Previsão Atualizada da Receita” e o “Total dos últimos 12 meses” no Estado do Rio de Janeiro, em 2019?

Primeiramente siga os passos do SICONFI conforme o item **“Como obter o RREO (Receita Corrente Líquida)”**. Após seguir os passos e baixar o arquivo, veja o vídeo correspondente no arquivo “videoaula 3.5 – SICONFI – ESTADOS – passos no Excel”.

5 - Em relação à Receita Corrente com IPVA no Estado do Rio de Janeiro, qual foi a “Previsão Atualizada da Receita” e o “Total dos últimos 12 meses”, em 2019?

Primeiramente siga os passos do SICONFI conforme o item **“Como obter o RREO (Receita Corrente Líquida)”**. Após seguir os passos e baixar o arquivo, veja o vídeo correspondente no arquivo “videoaula 3.5 – SICONFI – ESTADOS – passos no Excel”.

6 – Em relação à Receita Corrente com ICMS no Estado de Alagoas, qual foi a “Previsão Atualizada da Receita” e o “Total dos últimos 12 meses”, em 2019?

Primeiramente siga os passos do SICONFI conforme o item **“Como obter o RREO (Receita Corrente Líquida)”**. Após seguir os passos e baixar o arquivo, veja o vídeo correspondente no arquivo “videoaula 3.5 – SICONFI – ESTADOS – passos no Excel”.

Exercícios no SICONFI com a opção **RGF (Relatório de Gestão Fiscal)**:

Em 2019, no Governo do Estado de São Paulo, qual foi o valor da “Despesa Total com Pessoal”?

Primeiramente siga os passos do SICONFI conforme o item **“Como encontrar o RGF (Despesa Total com Pessoal (DTP) e Apuração do Cumprimento do Limite Legal)”**. Após seguir os passos e baixar o arquivo, veja o vídeo correspondente no arquivo “videoaula 3.5 – SICONFI – ESTADOS – passos no Excel”.

Quais foram os VALORES LIQUIDADOS do Estado do Acre com “Pessoal e Encargos Sociais”, em 2019?

Primeiramente siga os passos do SICONFI conforme o item **“Como encontrar o RGF (Despesa Total com Pessoal (DTP) e Apuração do Cumprimento do Limite Legal)”**. Após seguir os passos e baixar o arquivo, veja o vídeo correspondente no arquivo “Videoaula 3.5 – SICONFI – ESTADOS – passos no Excel”.

Capítulo 2 - Navegação no site Compara Brasil

O site “Compara Brasil” reproduz as informações do SICONFI relativas aos Estados, como veremos nessa Unidade, e aos municípios (como será demonstrado na próxima Unidade). As informações são de fácil acesso para os cidadãos, mas é necessário o preenchimento do cadastro para o acesso a todas as facilidades. O

Portal Compara Brasil é uma realização da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), desenvolvido em parceria com a empresa Aequus Consultoria.

Para navegar no Compara Brasil entre no site www.comparabrasil.com.

No seu primeiro acesso, portanto, clique na opção “Cadastre-se”, localizado próximo à barra de menu superior.



Após fazer o seu cadastro, clique onde está escrito “logar” e preencha o e-mail e a senha que você colocou no seu cadastro. Observe que no local da palavra “logar” aparecerá o nome que você preencheu quando fez o cadastro.

Observação: Se você somente fechar a janela do Compara Brasil, sem clicar em “Sair”,



ao voltar ao site do Compara Brasil você ainda estará logado. Se antes de sair do Compara Brasil você clicar na opção “Sair”, quando você for entrar novamente no Compara Brasil terá que fazer o login.

Após o cadastramento e estar logado, você estará apto para fazer consultas no site. Na barra de menu superior indicada na imagem abaixo, existem diversas opções de consultas. Como neste capítulo iremos tratar de informações estaduais, clique em **“estados”**.



Para que você tenha uma visão geral do site, clique no botão



Receitas e Despesas Receita Corrente Líquida Gasto com Pessoal Endividamento

Consultar um Estado Comparar Estados Mapas Fiscais

Seleção o Estado: Distrito Federal

Seleção o modelo de planilha:

Seleção o período: Mensal, 2020 a 2020, Janeiro a Janeiro

Seleção um índice de preços: preços correntes

Gerar planilha

Receita Corrente Líquida

Os principais itens da Receita Corrente Líquida dos estados brasileiros e do Distrito Federal, tais como ICMS, ITBI, ITCD e FPE, estão disponíveis neste módulo, com dados mensais. As informações provêm dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) publicados no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e são atualizadas a cada dois meses.

[Saiba mais](#)

Será importante você ler com atenção as informações que surgem no “Saiba mais”, pois há diversas orientações sobre possíveis consultas às finanças dos Estados. Posteriormente teremos exercícios para você avaliar o seu aprendizado.

Para que você perceba o quanto o Portal facilita a obtenção de informações, vamos nos recordar do foi mostrado no capítulo anterior em “**Como obter dados do RGF no SICONFI para quem tem experiência em planilhas eletrônicas**”, ocasião em que realizamos consulta no SICONFI. Naquela oportunidade, quando estávamos navegando pelo SICONFI no Governo do Estado de São Paulo, observamos que em 2019 a relação entre a Despesa Total com Pessoal e a Receita Corrente Líquida foi de 44,4%, inferior, portanto, ao limite máximo de 49%.

A mesma consulta realizada no SICONFI pode ser feita no Compara Brasil de uma forma muito mais simples. Veja, a seguir:

Como obter no Compara Brasil a relação entre a Despesa Total com Pessoal e a Receita Corrente Líquida no Estado de São Paulo, em 2019?

1 – Na barra de menu da página inicial do Compara Brasil, clique em “estados”.



2 – Clique no botão “Gasto com Pessoal”



3 – O botão “Consultar um Estado” estará selecionado automaticamente



4 – Preencha o formulário conforme a imagem a seguir e clique em “Gerar planilha”.

5 – Observe no quadro a seguir que a relação percentual entre o gasto com pessoal e a RCL obtida no Compara Brasil foi a mesma da consulta no SICONFI (44,4%). O resultado foi obtido com apenas 9 cliques, sem a necessidade de se trabalhar em planilhas. O percentual de 44,4% é inferior ao limite máximo de 49% determinado pela LRF. As telas a seguir mostram os resultados obtidos.

Limite Pessoal - Poder Executivo				
São Paulo				
Em reais - preços correntes				
	mai/18 a abr/19	set/18 a ago/19	jan/19 a dez/19	
<input type="checkbox"/> DESPESA BRUTA COM PESSOAL	98.500.896.806,11	99.628.561.479,40	101.528.105.663,41	
<input type="checkbox"/> Pessoal Ativo	47.489.915.025,74	47.608.146.414,07	48.247.585.127,00	
<input type="checkbox"/> Pessoal Inativo e Pensionistas	51.010.981.780,37	52.020.415.065,33	53.280.520.536,41	
<input type="checkbox"/> Outras Despesas de Pessoal (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
<input type="checkbox"/> DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, ART. 19 DA LRF)	28.123.301.443,99	28.686.326.300,10	30.333.418.451,71	
<input type="checkbox"/> Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.395.321,90	16.882.295,18	22.158.458,69	
<input type="checkbox"/> Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	
<input type="checkbox"/> Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	902.376.737,46	
<input type="checkbox"/> Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.109.906.122,09	28.669.444.004,92	29.408.883.255,56	
<input type="checkbox"/> DESPESA TOTAL COM PESSOAL	70.377.595.362,12	70.942.235.179,30	71.194.687.211,70	
<input type="checkbox"/> RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	161.162.403.001,64	155.910.091.108,00	160.444.552.836,50	
<input type="checkbox"/> Gasto com pessoal sobre a RCL (%)	43,67	45,52	44,40	
<input type="checkbox"/> Limite Máximo	78.969.577.470,80	76.371.506.830,97	78.576.055.000,74	
<input type="checkbox"/> Limite Prudencial	75.021.098.597,26	72.552.931.489,42	74.647.252.250,70	
<input type="checkbox"/> Limite de alerta	71.072.619.723,72	68.734.356.147,87	70.718.449.500,67	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação.
(-) dados não disponíveis.

Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

Máximo: 49,00%	Acima de 49,00%
Prudencial: 46,55%	Entre 46,55% e 48,99%
Alerta: 44,10%	Entre 44,10% e 46,54%

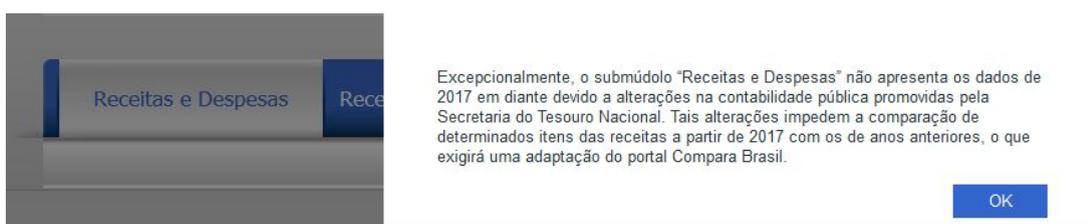
De acordo com a tabela acima, o percentual encontrado de 44,4% do Estado de São Paulo é inferior ao limite máximo de 49% determinado pela LRF para o Poder Executivo dos Estados. A respeito desses limites, mais à frente entraremos em detalhes.

Não se esqueça que existem botões para “Gerar gráfico”, “Exportar para o Excel” e “Imprimir Tabela”.



Exercícios no Portal “Compara Brasil”.

Antes de iniciarmos as consultas, faz-se necessária uma observação: Como mostramos anteriormente, o Compara Brasil possui diversos tipos de consultas relativos aos Estados. No entanto, no momento da elaboração do curso o botão “Receitas e Despesas” só continha dados até 2017. Se você clicar em “Receitas e Despesas” aparecerá a seguinte mensagem:



Assim sendo, as pesquisas referentes a esse botão não serão realizadas por não gerarem informações recentes com dados a partir de 2018. Nesse caso, a recomendação é que você faça as consultas no SICONFI, tal como mostramos no capítulo anterior.

Agora vamos começar a fazer diversas consultas no Compara Brasil, utilizando os botões que se encontram em funcionamento.

1 – Qual foi o percentual da Despesa com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), em 2019 (janeiro a dezembro), em preços correntes, no Estado de Minas Gerais?

Na tela inicial do Portal, clique em “ESTADOS”

Clique na guia “GASTO COM PESSOAL”. Clique em “COMPARAR ESTADOS”.

Preencha:

Em “Selecione um dos itens abaixo:” clique em “Gasto com pessoal sobre a RCL (%)”

Em “Selecione o grupo de Estados:” clique em “ BRASIL”

Em “Selecione o período:” clique em “ÚLTIMOS 12 MESES”, 2019 a 2019, ABRIL a DEZ

Em “Selecione um índice de preços:” clique em “PREÇOS CORRENTES”

Em “Selecione os órgãos:” clique em “ PODER EXECUTIVO”

Clicar em “GERAR PLANILHA”

Resposta: Em 2019, de jan/19 a dez/19 o percentual foi de 58,42% (muito acima do limite máximo).

Lembrando: limite de alerta: 44,1% da RCL; limite prudencial: 46,55% da RCL; e limite máximo: 49% da RCL.

Com base na consulta anterior/tabela, responda às perguntas 2 e 3:

2 – Qual foi o percentual do gasto com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), em 2019 (janeiro a dezembro), em preços correntes, no Estado do Amapá?

Resposta: Em 2019, de jan/19 a dez/19 o percentual foi de 43,29% (abaixo do limite de alerta).

Lembrando: limite de alerta: 44,1% da RCL; limite prudencial: 46,55% da RCL; e limite máximo: 49% da RCL.

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Na esfera federal, os limites máximos para gastos com pessoal (50% da Receita Corrente Líquida) são assim distribuídos: <ul style="list-style-type: none">- 2,5 % para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas- 6 % para o Poder Judiciário- 0,6 % para o Ministério Público da União- 3 % para custeio de despesas do DF e de ex territórios- 37,9% para o Poder Executivo	Na esfera estadual, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão: <ul style="list-style-type: none">- 3% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas- 6% para o Poder Judiciário- 2% para o Ministério Público- 49% para o Poder Executivo.	Na esfera municipal, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão: <ul style="list-style-type: none">- 6% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas, quando houver- 54% para o Poder Executivo

3 – Qual foi o percentual do gasto com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), em 2019 (janeiro a dezembro), em preços correntes, no Estado do Piauí?

Resposta: Em 2019, de jan/19 a dez/19 o percentual foi de 48,12% (faixa do limite prudencial).

Lembrando: limite de alerta: 44,1% da RCL; limite prudencial: 46,55% da RCL; e limite máximo: 49% da RCL.

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
<p>Na esfera federal, os limites máximos para gastos com pessoal (50% da Receita Corrente Líquida) são assim distribuídos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2,5 % para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas - 6 % para o Poder Judiciário - 0,6 % para o Ministério Público da União - 3 % para custeio de despesas do DF e de ex territórios - 37,9% para o Poder Executivo 	<p>Na esfera estadual, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas - 6% para o Poder Judiciário - 2% para o Ministério Público - 49% para o Poder Executivo. 	<p>Na esfera municipal, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 6% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas, quando houver - 54% para o Poder Executivo

4 – Na Região Sudeste, qual foi o valor e o Estado que mais gastou com “Pessoal Inativo e Pensionistas”, no Poder Executivo, em preços correntes, em 2019?

Na tela inicial do Portal, clique em “ESTADOS”

Clique na guia “GASTO COM PESSOAL”. Clique em “COMPARAR ESTADOS”.

Preencha:

Em “Selecione um dos itens abaixo:” Clique no símbolo “+” em “Despesa Bruta com Pessoal” e depois clique em “Pessoal Inativo e Pensionistas”

Em “Selecione o grupo de Estados:” clique em “Sudeste”

Em “Selecione o período:” clique em “ÚLTIMOS 12 MESES”, 2019 a 2019, ABRIL a DEZ

Em “Selecione um índice de preços:” clique em “PREÇOS CORRENTES”

Em “Selecione os órgãos:” clique em “ PODER EXECUTIVO”

Clicar em “GERAR PLANILHA”

Resposta: Em 2019, de jan/19 a dez/19, foi o Estado de São Paulo com o valor de R\$ 53.280.520.536,41.

5 – Qual foi o menor valor e o Estado que menos gastou com “Pessoal Ativo”, no Poder Legislativo (Assembleia Legislativa), em preços correntes, em 2019? (Desconsidere os que estão sem valor)

Na tela inicial do Portal, clique em “ESTADOS”

Clique na guia “GASTO COM PESSOAL”. Clique em “COMPARAR ESTADOS”.

Preencha:

Em “Selecione um dos itens abaixo:” Clique no símbolo “+” em “Despesa Bruta com Pessoal” e depois clique em “Pessoal Ativo”

Em “Selecione o grupo de Estados:” clique em “Brasil”

Em “Selecione o período:” clique em “ÚLTIMOS 12 MESES”, 2019 a 2019, ABRIL a DEZ

Em “Selecione um índice de preços:” clique em “PREÇOS CORRENTES”

Em “Selecione os órgãos:” clique em “ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA”

Clicar em “GERAR PLANILHA”

Resposta: Em 2019, de jan/19 a dez/19, foi o Estado de Roraima com o valor de R\$ 92.307.803,14.

6 – Qual foi o valor da Receita Corrente Líquida (RCL) com IPVA, em 2019 (janeiro a dezembro), em preços correntes, no Estado de Minas Gerais?

Na tela inicial do Portal, clique em “ESTADOS”

Clique na guia “RECEITA CORRENTE LÍQUIDA”.

Clique em “CONSULTAR UM ESTADO”.

Preencha:

Em “Selecione um Estado:” clique em “Minas Gerais”

Em “Selecione o modelo de planilha:” clique em “Receita Corrente Líquida”

Em “Selecione o período:” clique em “ACUMULADO NO ANO”, 2019 a 2019, JAN a DEZ

Em “Selecione um índice de preços:” clique em “PREÇOS CORRENTES”

Clicar em “GERAR PLANILHA”

Resposta: Em 2019, no Estado de Minas Gerais, até dez, o valor foi de R\$ 5.986.567.452,57.

7 – Qual foi o valor e o Estado que teve a maior Receita Agropecuária, em 2019 (janeiro a dezembro), em preços correntes?

Na tela inicial do Portal, clique em “ESTADOS”

Clique na guia “RECEITA CORRENTE LÍQUIDA”.

Clique em “COMPARAR ESTADOS”.

Preencha:

Em “Selecione um dos itens abaixo:” clique no símbolo do “+” em frente à “RECEITAS CORRENTES”. Em seguida clique em “Receita Agropecuária”

Em “Selecione o Grupo de Estados:” clique em “BRASIL”

Em “Selecione o período:” clique em “ACUMULADO NO ANO”, 2019 a 2019, JAN a DEZ

Em “Selecione um índice de preços:” clique em “PREÇOS CORRENTES”

Clicar em “GERAR PLANILHA”

Resposta: Em 2019, até dez, foi o Estado de São Paulo com a Receita Agropecuária no valor de R\$ 15.720.830,77.

8 – Na região norte, qual foi o valor e o Estado que teve a maior Receita de Contribuições, em 2019 (janeiro a dezembro), em preços correntes?

Na tela inicial do Portal, clique em “ESTADOS”

Clique na guia “RECEITA CORRENTE LÍQUIDA”.

Clique em “COMPARAR ESTADOS”.

Preencha:

Em “Selecione um dos itens abaixo:” clique no símbolo do “+” em frente à “RECEITAS CORRENTES”. Em seguida clique em “Receita de Contribuições”

Em “Selecione o Grupo de Estados:” clique em “NORTE”

Em “Selecione o período:” clique em “ANUAL”, 2019 a 2019

Em “Selecione um índice de preços:” clique em “PREÇOS CORRENTES”

Clicar em GERAR PLANILHA

Resposta: Em 2019, até dez, foi o Estado do Amazonas com a Receita de Contribuições de R\$ 2.131.067.337,60.

9 – No Estado de São Paulo, qual foi o valor da Dívida Contratual, em 2019 (janeiro a dezembro), em preços correntes?

Na tela inicial do Portal, clique em “ESTADOS”

Clique na guia “ENDIVIDAMENTO”.

Clique em “CONSULTAR UM ESTADO”.

Preencha:

Em “Selecione o Estado:” clique em “São Paulo”

Em “Selecione o modelo de planilha:” clique em “DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA”

Em “Selecione o período:” clique em “ACUMULADO NO ANO”, 2019 a 2019, ABR a DEZ

Em “Selecione um índice de preços:” clique em “PREÇOS CORRENTES”

Clicar em “GERAR PLANILHA”

Resposta: Em 2019, até dez, a Dívida Contratual do Estado de São Paulo foi no valor de R\$ 288.847.125.071,00.

10 – Na Região Nordeste, qual foi o Estado que teve o maior valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL), em 2019 (janeiro a dezembro), em preços correntes?

Na tela inicial do Portal, clique em “ESTADOS”

Clique na guia “ENDIVIDAMENTO”.

Clique em “COMPARAR ESTADOS”.

Preencha:

Em “Selecione um dos itens abaixo:” clique em “Dívida Consolidada Líquida (DCL)”

Em “Selecione o grupo de Estados:” clique em “Nordeste”

Em “Selecione o período:” clique em “ACUMULADO NO ANO”, 2019 a 2019, ABR a DEZ

Em “Selecione um índice de preços:” clique em “PREÇOS CORRENTES”

Clicar em “GERAR PLANILHA”

Resposta: Em 2019, até dez, o maior valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) foi no Estado de Pernambuco com o valor de R\$ 13.257.592.921,29.

Capítulo 3 – Os Portais de Transparência dos Estados

Com base na Lei Complementar 131, mencionada no capítulo 2, item 3.2, do Módulo 1, todos os Estados estão obrigados a publicar os seus gastos na internet, mas nem sempre os portais existentes possuem o grau de transparência desejável. Conforme essa lei, nesses portais qualquer cidadão deveria poder verificar o que a administração pública comprou ou contratou no dia anterior, por qual valor, em que quantidade, de qual fornecedor, entre outras informações. No entanto, nem

sempre essas informações são encontradas. Além disso, os formatos dos portais não são uniformes o que impede uma orientação genérica sobre a navegação.

No Módulo 1, no capítulo 3 você teve acesso as notas atribuídas pelo Ministério Público aos portais estaduais. Caso a nota não tenha sido satisfatória, com base nos diversos quesitos avaliados tanto pelo Ministério Público quanto pela Controladoria-Geral da União, a primeira providência será cobrar junto aos órgãos competentes a maior transparência por parte do Estado. Afinal, seria uma balela falarmos em controle social sem que as informações estejam disponíveis.

Para cobrar maior transparência devem ser apresentadas solicitações aos Tribunais de Contas Estaduais e às Câmaras Municipais. O Ministério Público Estadual também pode ser acionado tendo em vista que já adotou diversas providências em favor da transparência junto à União, aos Estados e aos Municípios.

Questionário:

Agora volte à plataforma de estudo e responda ao questionário.